



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO

Município: SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	7
Tópico: Componente Municipal de Auditoria	7
Tópico: SERVIÇO DE CONTROLE, REG E AVALIAÇÃO	11
Tópico: Fundo Municipal de saúde	21
Tópico: INSTRUMENTOS DE GESTÃO	26
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	29
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	29
VIII - CONCLUSÃO	29





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: P MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AMPARO

CPF/CNPJ: 18.244.335/0004-63

Município/UF: SANTO ANTÔNIO DO AMPARO-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO

CPF/CNPJ: 18.244.335/0001-10

Município/UF: SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: janeiro/2023 a novembro/2024

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	19/09/2024	22/11/2024
Execução - In loco	25/11/2024	29/11/2024
Relatório	02/12/2024	18/12/2024

Tarefa Nº: 151625

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO

Cargo: Secretaria Municipal de Saúde

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de Auditoria Programada, em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2024, que propõe a realização de auditoria nos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento às responsabilidades sanitárias dispostas no Anexo III da Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, bem como nas demais normativas aplicáveis.

OBJETIVO E ESCOPO

Avaliar se o Município de Santo Antônio do Amparo, que assumiu a gestão dos seus prestadores, está organizado quanto à implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria; implantação e operacionalização do Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação; estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde; regularidade do processo de formalização de Contratos e/ou Convênios com o prestador assistencial hospitalar localizado na sede do Município e regularidade na apresentação dos Instrumentos de Gestão do SUS. O período de abrangência desta auditoria é de janeiro/2023 a novembro/2024.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O município de Santo Antônio do Amparo Pertence à macrorregião de saúde oeste, localiza-se na Região dos Campos das Vertentes, a uma distância de 172 km de Belo Horizonte. Sua população, conforme recenseamento do IBGE de 2022, era de 17.285 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,672 no ano de 2010. O município assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Portaria GM/MS 3.261 de 28 de julho de 1998, com efeitos financeiros a partir de fevereiro de 2012, com a responsabilidade de planejamento, controle e avaliação e gerenciamento das unidades de saúde vinculadas ao SUS e gestão de toda a prestação de saúde no Município. A Santa Casa de Santo Antonio do Amparo tem como nome empresarial Hospital São Sebastião, é uma Associação Privada, filantrópica sem fins lucrativos, (CNPJ 04.541.288/0001-62, cadastrado no CNES 2192128), possui fluxo de clientela com atendimento de demanda espontânea e referenciada. Trata-se de um hospital geral, de médio porte, com atendimento SUS para internações e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT) e particular para atendimentos ambulatoriais, internações, SADT e urgências, conveniada ao SUS, atendendo pacientes de Carmo da Mata, Carmópolis, Oliveira, Passa Tempo e São Francisco de Paula, sendo referência para os 53 municípios da macrorregião de Saúde Oeste, e possui 54 leitos SUS. A unidade hospitalar é contemplada pelas políticas Valora Minas e Opera Mais Minas, sendo a primeira na ordem de R\$ 5 milhões, no período de 2021 a 2024, e a segunda em torno de R\$ 4 milhões, de 2021 a 2023. O hospital também recebeu do Governo do Estado de Minas Gerais um tomógrafo, orçado em mais de R\$ 1,4 milhão. O município possui os seguintes contratos para prestação de serviços e internações: CONTRATO 069/2019 (07/06/2019 – Santa Casa de Santo Antonio do Amparo/Hospital São Sebastião): Termo Aditivo nº 01/2021; TA 002/2021; TA 001/2022 E 002/2022; TA 007/2024; Contrato nº 189/2024 – até junho/2026.

IV - METODOLOGIA

A seleção e análise das temáticas da Auditoria Programada em municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, seguirá as seguintes diretrizes metodológicas:

- Quanto ao Componente Municipal de Auditoria e ao Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação: será verificada a regularidade em relação à implantação e operacionalização dos serviços;
- Quanto ao Fundo Municipal de Saúde: não será contemplada a análise em relação aos recursos financeiros da contrapartida municipal, não sendo objeto de análise a verificação da regularidade das movimentações e da execução de despesas;
- Quanto aos Contratos e Convênios: não será contemplada a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado. A opção de legislação será determinada de acordo com a regência dos contratos firmados, conforme data de assinatura destes (Lei nº 14.133/2021 ou Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 12.462/2011);
- Quanto aos Instrumentos de Gestão do SUS: será verificada a formalização dos mesmos, sendo a análise restrita às formalidades de elaboração, registro/elaboração no Sistema DIGISUS e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde e/ou Casa Legislativa. Não será contemplada a avaliação em relação à regularidade do conteúdo técnico e estrutural dos instrumentos, tampouco a compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro do município.

IV. 1 - Fase Analítica: Auditoria realizada através de trabalhos analíticos, no período de 19/09/2024 a 22/11/2024,
Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0134639/2024-05



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise do processo da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0134649/2024-26;

Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria; Análise e estudo da Matriz Única de Planejamento de Auditoria;

Levantamento e estudo das legislações referentes ao Município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam nos critérios da matriz de Planejamento de Auditoria;

- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao Município

- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município disponíveis no site:

<http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consultappi>; Consultas aos portais transparência da Prefeitura Municipal e Portal;

Elaboração do cronograma fase analítica e fase operativa de auditoria;

- Envio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 598/2024 de 30 de outubro de 2024 de comunicação de auditoria e solicitação, à SMS, de documentos necessários para realização do trabalho.

Componente Municipal de Auditoria (CMA):

1. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;

2. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;

3. Organograma da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Santo Antônio do Amparo;

4. Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditores;

5. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros;

6. Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria;

7. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente ao Relatório de Auditoria;

8. Expedientes emitidos com o encaminhamento de relatório/resultados de auditoria aos órgãos de controle interno e externo.

Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA):

9. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;

10. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso;

11. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação são capacitadas de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);

12. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação capacitam os profissionais das unidades de saúde de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);

13. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território para população própria, dos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024;

14. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios), dos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024;

15. Relatórios de contrarreferência e Relatórios de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024;

16. Lista de usuários referenciados por outros municípios, dos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024;

17. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, dos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024;

18. Atas de reunião da CIB sobre revisão da Programação Pactuada Integrada (PPI) do município do período de janeiro de 2023 a março de 2024;

19. Relatórios de remanejamento da PPI do município, extraídos do GERASUS, do período de janeiro de 2023 a março de 2024;

20. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que

comprovem a revisão periódica da PPI), do período de janeiro de 2023 a março de 2024;

21. Lista de Autorizadores de Internações Hospitalares (AIH) e de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos os quais os mesmos são responsáveis pelas autorizações;

22. Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(s) pela autorização de AIH e APAC;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



23. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, registro em Conselho de Classe);
24. Espelhos de AIH processadas das competências de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024;
25. Síntese de Produção de APAC processadas das competências de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024;
26. Ato formal de nomeação da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município;
27. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município;
28. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município (atas, relatórios, planilhas e outros);
29. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função;
30. Extratos da conta corrente utilizada para pagamento do TFD e registros de movimentação bancária, dos três meses selecionados como amostra.

Fundo Municipal de Saúde (FMS):

31. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde;
32. Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2023 e 2024;
33. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2023 e 2024;
34. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);
35. Contrato com o banco e/ou outro documento com a identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando a qual CNPJ essa conta está vinculada;
36. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, dos meses de novembro e dezembro de 2023 e janeiro de 2024;
37. Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;
38. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;
39. Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS, tais como Portaria ou Deliberação e respectiva publicação oficial;
40. Contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es) vigente(s);
41. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es);
42. Ato(s) normativo(s) de designação da comissão de licitação referente(s) ao(s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es) e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação conforme requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Art. 8º, § 1º, §2º, §3º).

Instrumentos de gestão

1. Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025.
2. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025 ao Conselho Municipal de Saúde (CMS).
3. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação do PMS.
4. Ato Legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação do PMS, pelo CMS.
5. Programação Anual de Saúde (PAS) 2024.
6. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento da Programação Anual de Saúde (PAS) 2024 ao CMS.
7. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação da PAS 2024.
8. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação da PAS 2024, pelo CMS.
9. Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023.
10. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023 ao CMS.
11. Atas de reuniões do CMS de apreciação do RAG 2023.
12. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) com parecer conclusivo sobre o RAG 2023 pelo CMS.
- Comunicado de auditoria – Anexo I.
13. Três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2023/2024.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



14. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento ao CMS dos três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2023/2024.

15. Atas de reuniões do CMS de apreciação dos três últimos RDQAs.

16. Ofícios de encaminhamento dos três últimos RDQAs à Câmara de Vereadores.

17. Atas de reuniões da Câmara de Vereadores de apresentação dos três últimos RDQAs.

IV. 2 - Fase Operativa:

Realizada no período de 25 a 29/11/2024. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na SMS de Santo Antônio do Amparo, às 11h00min do dia 25/11/2024 e realizou reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício de Comunicação de Auditoria. Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, do Secretário Municipal de Saúde, da Secretária Adjunta e outros profissionais do SCRA. As atividades da fase operativa, avaliação de documentos, reuniões e realização de oitiva com Gestor ocorreram na sede da SMS. A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu no dia 29/11/2024, às 9h30 min e contou com a presença da equipe de auditoria, do Secretário Municipal de Saúde, e da Secretária Adjunta. Foi esclarecido como tramita o Processo de Auditoria e que está garantido, ao auditado, o acesso à ampla defesa e ao contraditório.

V - CONSTATAÇÕES

Tópico: Componente Municipal de Auditoria

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 697418

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Componente Municipal de Auditoria não está devidamente formalizado.

Evidência: A SMS apresentou a Portaria nº 6.972/2024 que institui um Componente Municipal de Auditoria com o objetivo de realizar auditorias em áreas e processos específicos da administração municipal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, normas de controle interno e diretrizes estabelecidas pelo tribunal de contas, mas não com o objetivo de realizar auditorias no âmbito de SMS. Não foram apresentados pela SMS o Regulamento e/ou Protocolo de atuação do CMA e o Organograma da SMS no qual conste o CMA, a fim de orientar a gestão para a devida formalização do setor. É atribuição do Componente Municipal de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS), realizar auditorias no Sistema Municipal de Saúde, conforme determinação da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que institui o SNA (Sistema Nacional de Auditoria) e define, no art. 6º, como competência desse sistema, a avaliação técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial do SUS. Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; Decreto nº 1.651/1995, Art. 1º, 2º, 4º, caput e § 3º, Art. 5º, inciso III; Manual de Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, Volume 3, MS/2014, pag. 28; Manual de Auditoria do SUS, Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4, pag. 35; Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1 "q" e "r".

Fonte da Evidência: Portaria 6.972/2024 de 05/11/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A SMS nos enviou a Portaria Nº 7.264/2024, publicada em 31/07/2025 que revoga as disposições em contrário e em especial a Portaria Nº 6.972/2024 e institui o Componente Municipal de Auditoria com o objetivo de realizar auditoria em áreas e processos específicos da administração municipal em especial na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei de responsabilidade fiscal, normas do controle interno e das diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas. Enviou também o Organograma da SMS onde consta a auditoria e o Regulamento de atuação do Componente Municipal de Auditoria

A Portaria Nº 7.264/2024 não está de acordo com as determinações do Ministério da Saúde que instituiu o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), constituído pelos componentes Federal, Estadual e Municipal de Auditoria, previsto no art. 16, inciso XIX da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e no art. 6º da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993. O Sistema Nacional de Auditoria é organizado na forma do Decreto Nº 1.651, de 28/09/1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde e deve ser base para a implantação do Componente Municipal e definição de sua estrutura e funcionamento.

O Regulamento, enviado, precisa ser revisto pois não prescreve o que deve ser feito, não estabelece as regras de atuação do Componente Municipal e também por que está baseado na PT/MS/GM nº 3.027, de 26/11/2007, já revogada, pela Portaria de Consolidação Nº 2, de 28/09/2017. Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada, justificativa não acatada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Recomendação: Formalizar o Componente Municipal de Auditoria conforme a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; Decreto nº 1.651/1995, Art. 1º, 2º, 4º, caput e § 3º, Art. 5º, inciso III; Manual de Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, Volume 3, MS/2014, pag. 28; Manual de Auditoria do SUS, Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4, pag. 35; Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1 "q" e "r".

Observar as orientações do Instrutivo para implementação do Componente Municipal de Auditoria do SUS da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, disponível no Portal da Saúde MG: <https://www.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Instrutivo-Implantacao-Auditoria-do-SUS-no-municipio.pdf>

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 697419

Subgrupo: Estrutura

Item: Recursos Humanos/ Capacitação

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde possui equipe multiprofissional, designada, para desempenhar ações de auditoria do SUS, não exclusiva.

Evidência: O modelo de Três Linhas de Defesa dentro da estrutura de governança dos órgãos e entidades, modelo desenvolvido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), preconiza que a estrutura de controles internos de uma organização contempla três linhas de defesa da gestão ou camadas, que deve estabelecer, de maneira clara, as responsabilidades de todos os



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas; esse modelo contribui para a definição de papéis e responsabilidades dos agentes envolvidos em cada etapa do processo favorecendo o gerenciamento dos riscos, a eficácia dos controles internos associados e a efetividade da governança. A Portaria nº 6.974/2024 de 13/11/2024 designa uma equipe multiprofissional, com uma médica G.A.C (CRM MG *** 910), duas enfermeiras M.A.N.P e R.A e um técnico administrativo M.A.C, para desempenhar ações de auditoria do SUS. A médica que compõe e coordena a equipe é a mesma designada na Portaria 6973 de 05/11/2024 como autorizadora de AIH e APAC, a enfermeira M.A.N.P e o técnico administrativo M.A.C estão designados na Portaria 6943 de 11/07/2024 para acompanhamento de Contratos, fato que compromete a independência do auditor ao avaliar e auditar o sistema de saúde municipal. Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, § 3º; Manual SIH - Sistema de Informação Hospitalar do SUS - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, artigos 1º e 2; Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF, MS/2014, Capítulos: Competência do SNA (pág. 23) e O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado (pág. 28); Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35; e Lei Complementar nº. 93/2014, art. 7º.

Fonte da Evidência: Portaria Nº 6.972/2024 de 13/11/2024

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A SMS nos enviou a Portaria Nº 7.264/2024, publicada em 31/07/2025 que revoga as disposições em contrário e institui o Componente Municipal de Auditoria. A Portaria Nº 7.264/2024, que está em vigor tem como objetivo a realização de auditoria em áreas e processos específicos da administração municipal em especial na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei de responsabilidade fiscal, normas do controle interno e das diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas e não de acordo com as normas do SUS, os objetivos e atribuições do Componente Municipal de Auditoria nessa, não estão de acordo com o Decreto Federal nº 1.651/1995 e com o Instrutivo para Implementação do Componente Municipal de Auditoria do SUS da SES-MG 2025. É importante esclarecer na Portaria que venha a instituir o Componente Municipal de Auditoria a formação dos profissionais ocupantes do cargo de auditor assistencial do SUS, pois existem competências para os ocupantes de cargo de nível superior e para os ocupantes de cargo de nível intermediário, conforme o Manual Princípios, Diretrizes e Regras da Auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde de 2017. Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada, justificativa não acatada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Recomendação: Designar equipe multiprofissional para desempenhar ações de auditoria do SUS, conforme preconiza o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, § 3º; Manual SIH - Sistema de Informação Hospitalar do SUS - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, artigos 1º e 2; Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF, MS/2014, Capítulos:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Competência do SNA (pág. 23), e O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado (pág. 28); Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35; e Lei Complementar nº. 93/2014, art. 7º; Instrutivo para implementação do Componente Municipal de Auditoria do SUS da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, disponível no Portal da Saúde MG: <https://www.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Instrutivo-Implantacao-Auditoria-do-SUS-no-municipio.pdf>.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 697421

Subgrupo: Estrutura

Item: Recursos Materiais

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não possui os recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades de auditoria.

Evidência: Existe, na Secretaria Municipal de Saúde, uma sala que será destinada para o trabalho do Componente Municipal de Auditoria (CMA). Falta, ainda, infraestrutura de informática como computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica, meio de transporte disponível e orçamento próprio para execução de ações de auditoria. Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, § 3º; Manual Orientação para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, SNA Volume 3, Brasília/DF MS/2014, pág.28.

Fonte da Evidência: Plano Municipal de Saúde: Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde 2022-2025, Programação Anual de Saúde 2024: Objetivo Nº 2.7 Estruturação física da SMS, Fotografias da sala que será destinada ao CMA. Termo de Informação do Gestor, PHVB de 28/11/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A SMS enviou fotografias de uma sala com computador que será destinada para o trabalho da Auditoria. Nada foi esclarecido sobre meio de transporte e orçamento próprio para execução de ações de auditoria.

Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada, justificativa não acatada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Recomendação: Prover recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades de auditoria conforme determina o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, § 3º; Manual Orientação para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, SNA Volume 3, Brasília/DF MS/2014, pág.28.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 697422

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: O Componente Municipal de Auditoria não realiza ações de Auditoria.

Evidência: A Portaria nº 6.974/2024 de 13/11/2024 que designa uma equipe multiprofissional, para desempenhar ações de auditoria do SUS é muito recente e a equipe ainda não está desempenhando suas funções. Não foram apresentados documentos que comprovem a realização, pela SMS, de ações de auditoria na área da saúde nem registros de ações realizadas, como Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos ou outros. Não estão previstas no Plano Municipal de Saúde 2022-2025 nem na Programação Anual de Saúde 2024 realização de ações de auditoria na área da saúde. Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651 de 28/09/1995, Art. 2º e Art. 5º, inciso III; Res. de Consolidação CIT Nº 1, de 30/03/2021, Anexo III, Item 4.1, alíneas q, r.

Fonte da Evidência: Portaria 6.974/2024 de 13/11/2024; Plano Municipal de Saúde: Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde 2022-2025. Programação Anual de Saúde 2024: Informações de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2024. Termo de Informação do Gestor, PHVB, de 28/11/2024

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: Não foram apresentadas justificativas para esta não conformidade. Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Recomendação: Realizar ações de auditoria e arquivar os registros comprobatórios dessas ações, tais como: Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e outros, conforme determina o Decreto nº 1.651 de 28/09/1995, Art. 2º e Art. 5º, inciso III; Res. de Consolidação CIT Nº 1, de 30/03/2021, Anexo III, Item 4.1, alíneas q, r.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Tópico: SERVIÇO DE CONTROLE, REG E AVALIAÇÃO



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697423

Subgrupo: Centrais de Regulação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O município não implantou os protocolos de regulação de acesso.

Evidência: A SMS apresentou um protocolo de regulação de acesso em elaboração. Não houve ainda aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso. Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V; Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, Incisos II e III; Art. 8º, §1º, Inciso IV; Resolução CIB-SUS/MG nº 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º, Inciso I e Art. 11 e com o Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle MAC 4.6.

Fonte da Evidência: Protocolo da Central Municipal de regulação de Santo Antônio do Amparo -MG Controle, Avaliação Regulação e Auditoria-2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A SMS apresentou um Protocolo da Central Municipal de Regulação de Santo Antônio do Amparo-Mg, Controle, Avaliação, Regulação E Auditoria-2025, visando ordenar os fluxos de encaminhamento e garantir o acesso equitativo dos pacientes no Sistema de Saúde, otimizando a gestão da rede assistencial, orientando profissionais da atenção básica sobre quando e como encaminhar pacientes para a média e alta complexidade, além de definir critérios de prioridade e justificar solicitações de modo a organizar o uso racional de tecnologias, diagnósticos e terapias. Apresentou a Resolução Nº 005 de 31 de julho 2025 de aprovação do Protocolo pelo CMS e 2 listas de participantes dos servidores na capacitação, as quais não esclarecem de quais setores são estes profissionais se do SCRA ou profissionais das unidades de saúde. Não foi apresentada documentação que comprove a divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso. Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada, sobre a justificativa parcialmente acatada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Recomendação: Aprovar, divulgar e capacitar os servidores do SCRA e os profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso para que eles sejam formalmente reconhecidos e adotados, para que todos os profissionais tenham acesso às informações necessárias sobre os protocolos e estejam aptos a aplicá-los corretamente conforme determina a Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f; a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V; Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, Incisos II e III; Art. 8º, §1º, Inciso IV; a Resolução CIB-SUS/MG nº 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º, Inciso I e Art. 11 e o Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



MAC 4.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

Constatação Nº: 697424

Subgrupo: Educação em Saúde

Item: Formação/desenvolvimento de RH voltada às necessidades do SUS

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: As equipes que atuam nas unidades de saúde não são capacitadas de forma permanente, sobre ordenação de fluxo, aplicação de protocolos e informatização. Existe na Programação Anual de Saúde 2024, no demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a subfunção, a subfunção 301 da Atenção Básica, que prevê a realização de no mínimo 6 ações anuais de Educação Permanente nas UBS/ESF, mas não foram realizadas. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: Termo de informação do Gestor, P.H.V.B. de 28/11/2024, Programação Anual de Saúde 2024, Demonstrativo da Vinculação das Metas Anualizadas com a Subfunção, Subfunções, 301, Atenção Básica, Descrição das Metas por Subfunção, Realizar no mínimo 6 ações anuais de Educação Permanente nas UBS/ESF.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A SMS enviou comprovante de participação de servidores em algumas capacitações como: Equidade em Saúde e Suas Implicações na Saúde Mental-Ata de registro de Atividade de 28/08/2024; Lista de presença da capacitação dos profissionais médicos da estratégia de saúde da família de 24/06/2024; Discutindo a assistência para cuidado de crianças e gestantes com doença falciforme na Macrorregião Oeste- Ata de registro de Atividade de 29/02/2024; Dengue-; Lista de presença da capacitação dos profissionais médicos da estratégia de saúde da família de 19/11/2024. É preciso esclarecer que a capacitação permanente das equipes das unidades de saúde, é mais que a participação em cursos; ela utiliza as experiências e vivência dos profissionais e da população para a aquisição do conhecimento, articula as ações de educação com as atividades de gestão e assistência com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços de atenção à saúde, envolvendo ações como: cursos, oficinas, seminários, grupos de estudos visando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas; acompanhamento das ações desenvolvidas, com a análise de indicadores de saúde e a avaliação dos resultados alcançado; criação de ambientes de aprendizagem com troca de experiências com outros serviços de saúde e participação de instituições de ensino. Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada, justificativa parcialmente acatada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO

18.244.335/0001-10

Recomendação: Garantir que o SCRA capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como: planejamento anual das atividades, cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697425

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Foi apresentado pela SMS o Cronograma de Reuniões da Regulação referente ao 2º semestre de 2024, sem comprovante de realização, como materiais didáticos, listas de presença, certificados ou outros documentos e Ata de Reunião da Junta reguladora da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Santo Antônio de Amparo do dia 03/09/2024, com lista de presença com rubricas, mas sem identificação dos participantes com os nomes escritos por extenso. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V. Auditado sujeito à penalidade de Advertência Escrita.

Fonte da Evidência: Cronograma de Reuniões da Regulação referente ao Segundo Semestre de 2024; Ata de Reunião da Junta reguladora da Rede de Cuidados Pessoa com Deficiência de Santo Antônio de Amparo do dia 03/09/2024, Termo de informação do Gestor, PHVB, de 28/11/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A SMS enviou certificados e fotos de participação de servidores em eventos registrando um avanço na capacitação, mas ainda insuficiente na atualização constante da equipe sobre os processos de regulação, controle e avaliação em saúde. A capacitação permanente das equipes de Regulação, Controle e Avaliação envolve atualização constante sobre políticas públicas, para compreensão das diretrizes e princípios do SUS; sobre modelos de atenção, conhecimentos sobre a atenção primária, secundária e terciária; regulação em saúde que compreende conhecer os processos de regulação, agendamento, controle e auditoria; conhecimento das técnicas de controle e auditoria para garantir a qualidade e eficiência dos serviços; sobre uso de sistemas de informação como SIA/SIH que são fundamentais para o monitoramento e avaliação. Essa capacitação aprimora a gestão dos serviços de saúde, melhora recursos e processos, assegura que os profissionais estejam atualizados com as melhores práticas, para um atendimento mais eficaz aos cidadãos. Compreende: cursos, oficinas e treinamentos específicos para as equipes, formação de tutores para multiplicar o conhecimento nos níveis locais, capacitação da equipe para o uso de ferramentas e sistemas de informação, monitoramento e avaliação para verificar o impacto da capacitação e ajustar as estratégias. Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada, justificativa não acatada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Recomendação: Capacitar e atualizar as equipes de Regulação, Controle e Avaliação sobre políticas públicas, modelos de atenção, sistemas de informação e ferramentas de controle e avaliação visando o aprimoramento da gestão e da qualidade dos serviços de saúde, fortalecimento das competências técnicas e gerenciais dos profissionais conforme determina a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697426

Subgrupo: Centrais de Regulação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: A SMS apresentou relatório de agendamento de cirurgias, agendamento de exames de ultrassonografia, endoscopia, ultrassom, eletroencefalograma, videonossolaringoscopia, ecocardiograma teste ergométrico e consultas com especialistas como ortopedista, otorrinolaringologista, urologista, neurologia e oftalmologia, ginecologista, urologista, cardiologista, ortopedista, demonstrando que executa o controle do acesso de seus munícipes aos leitos disponíveis, às consultas, terapias e exames especializados, disponíveis no seu território disponibilizando a alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos. Tal fato está de acordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.j; com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II e Art. 10, § 3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: Relatório de Agendamento de Cirurgias de agosto, setembro e outubro de 2024; Agendamento de exames de ultrassonografia, de agosto, setembro e outubro de 2024, realizados no ambulatório da Santa Casa de Santo Antônio do Amparo (Contrato PPI/Hospital); Agendamento de exames de endoscopia D Alta de agosto, setembro e outubro de 2024 realizadas no ambulatório da Santa Casa de Santo Antônio do Amparo; Agendamento de tomografias de agosto a outubro de 2024 realizadas na Santa Casa de Santo Antônio do Amparo; Agendamento de exame de eletroencefalograma, videonossolaringoscopia, ecocardiograma teste ergométrico e consultas com especialistas: ortopedista, otorrinolaringologista, urologista, neurologia e oftalmologia de agosto, setembro e outubro, realizadas no CISMARG; Agendamento na Santa Casa de Santo Antônio de Amparo de ginecologista, urologista, cardiologista, ortopedista. Relatório de Agendamento de ultrassom de agosto, setembro e outubro de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697427

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios.

Evidência: A SMS controla a referência a ser realizada em outros municípios, de acordo com a Programação Pactuada e Integrada da



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



atenção à saúde, procedendo à solicitação, autorização prévia de procedimentos realizados em prestadores fora do município, integrando-se aos fluxos regionais estabelecidos. Tal fato está de acordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

Fonte da Evidência: Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios) de agosto setembro e outubro.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697428

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Média Complexidade

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: A SMS garante o acesso adequado à população referenciada, de acordo com a Programação Pactuada e Integrada garantindo o direito ao acesso a serviços ordenados e organizados de promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, § 3º, V e com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Art. 3º.

Fonte da Evidência: Lista de usuários referenciados por outros municípios dos meses de agosto setembro e outubro de 2024; Relatórios de Agendamento de cirurgias de julho a outubro de 2024; Lista de pacientes referenciados avaliados para cirurgias a serem realizadas na Santa Casa de Santo Antônio do Amparo.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 697429

Subgrupo: Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: A SMS participa da elaboração e revisão periódica da programação pactuada e integrada intermunicipal e interestadual nas reuniões da CIB. Foram apresentadas pela SMS atas de reuniões da CIB sobre a revisão da PPI e Relatórios de Remanejamentos. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X); Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022, disponível em: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/repositorio-remanejamento> => Manual/Orientações, Manual do Remanejamento.

Fonte da Evidência: Ata da 48ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas das CIB Micro de Setembro 2024 e lista de presença, Ata da 77ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas das CIB Micro de Outubro 2023, Ata da 153ª Reunião da CIB Macro da Região de Saúde Oeste de Outubro 2023, Relatório de Remanejamento de 01/01 a 07/11 de 2024, Homologação da Comissão Intergestores Microrregional - CIB Micro de 04/08/2023, 10/11/2023, 14/11/2023, 04/09/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697430

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O profissional que autoriza as AIHs não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: Na análise dos espelhos de AIH da Santa Casa de Santo Antônio Do Amparo (CNES 2192128) dos meses 07/2024, 08/2024, 09/2024, constatou-se que o número do Cartão Nacional de Saúde-CNS (***71735330***) não corresponde ao da médica (Dra. G.A.C, CNS***209413863***), ficando evidenciado que a mesma não atuava como autorizadora de AIH da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Amparo. A SMS não apresentou designação de profissional autorizador de AIH vinculado ao gestor, no período de janeiro/2023 a novembro/2024. Em 05/11/2024 por meio da Portaria



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



N. 6.973/2024, a profissional com formação de nível superior em medicina, G.A.C (CRM MG *** 910), vinculada ao gestor, foi designada pelo gestor municipal, para autorizar as AIHs. Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, Itens 4.3 e 4.5- Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: Registro em Conselho de Classe (CRM MG *** 910), Certificado de conclusão de curso (em 16/11/2017, do Centro Universitário de Caratinga), Portaria de Designação N. 6.973/2024 de 05/11/2024 da médica G.A.C.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A Portaria Nº 7.264/2024, publicada em 31/07/2025 que institui e determina as atribuições dos membros do Componente Municipal de Auditoria designa a médica G.A.C (CRM MG *** 910), como Coordenadora da Auditoria Municipal e cita o Ofício de nº 1.248/2004, da SMS de Santo Antônio Do Amparo, o qual requisita nomeação da mesma médica G.A.C (CRM MG *** 910) como profissional responsável por autorização de AIH. Na cópia da AIH 312411050802-4 consta, a mesma médica G.A.C., CNS ***20941386***, como autorizadora. Esclarecemos que o auditor não pode acumular a função de autorizador de AIH nem de APAC pois tem a atribuição de confirmar, por meio de evidências, a efetividade e eficiência dos outros controles. A segregação de funções é um princípio fundamental do controle interno que consiste em dividir as responsabilidades de um processo ou transação entre diferentes pessoas para evitar que o indivíduo possa cometer e ocultar erros ou fraudes. Essa divisão reduz conflitos de interesse, fortalece os mecanismos de controle e promove a transparência, eficiência e integridade das ações administrativas, separando funções como autorização, execução, controle e contabilização. Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada, justificativa não acatada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Recomendação: Designar e cumprir os pré-requisitos previstos nas normas do SUS sobre profissional que autoriza as AIHs de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, Itens 4.3 e 4.5; aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697431

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS
Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
Relatório Consolidado



Evidência: Foram verificadas Sínteses de Produção de APAC, da Santa Casa de Santo Antônio do Amparo (CNES 2192128), de fev./2023, nov./2023, abril/2024 e constatou-se que o número do Cartão Nacional de Saúde-CNS (***71735330***) do autorizador não corresponde ao CNS ***209413863*** da médica G.A.C. A SMS não apresentou portaria de designação de profissional autorizador de APAC vinculado ao gestor, no período de janeiro/2023 a novembro/2024. Em 05/11/2024 o gestor municipal designou a profissional G.A.C (CRM MG *** 910), com formação de nível superior em medicina para autorizar as APACs, Portaria N. 6.973/2024. Não foram apresentados comprovantes de treinamentos da profissional G.A.C para aquisição de conhecimento das normas específicas dos procedimentos a serem autorizados. Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/ SUS. Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: Registro em Conselho de Classe (CRM MG *** 910).
Certificado de conclusão da Graduação (em 16/11/2017 no Centro Universitário de Caratinga).
Portaria de Designação N. 6.973/2024 de 05/11/2024 da médica G.A.C..

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos. Foram objeto de avaliação nesta constatação os documentos mencionados no campo de análise da justificativa.
Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.
Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A Portaria Nº 7.264/2024, publicada em 31/07/2025 que institui e determina as atribuições dos membros do Componente Municipal de Auditoria, designa a médica G.A.C (CRM MG *** 910) como Coordenadora da Auditoria Municipal, o Ofício de nº 1.248/2004, e requisita nomeação da médica G.A.C (CRM MG *** 910) como profissional responsável por autorização de APAC. Foi apresentada pela SMS, a Síntese de Produção de APAC, das três últimas competências processadas (cópia da APAC 312460004594-1), constando a médica G.A.C., CNS ***20941386***, como autorizadora. Esclarecemos que o auditor não pode acumular a função de autorizador de APAC nem de AIH. Esclarecemos que o auditor não pode acumular a função de autorizador de APAC, pois tem a atribuição de confirmar, por meio de evidências, a efetividade e eficiência dos outros controles. A segregação de funções é um princípio fundamental do controle interno que consiste em dividir as responsabilidades de um processo ou transação entre diferentes pessoas para evitar que o indivíduo possa cometer e ocultar erros ou fraudes. Essa divisão reduz conflitos de interesse, fortalece os mecanismos de controle e promove a transparência, eficiência e integridade das ações administrativas, separando funções como autorização, execução, controle e contabilização. Não foi apresentada documentação suficiente para afastar a não conformidade encontrada, justificativa não acatada. Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, a equipe não acata a defesa apresentada por considerar que não foram apresentadas documentação suficiente para demonstrar a correção da não conformidade detectada. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Recomendação: Recomenda-se a SMS, Designar formalmente profissional de Nível Superior da Área da Saúde para autorização de APAC conforme determina o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/ SUS. Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Acesso 1545216



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697432

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização está devidamente formalizada.

Evidência: No período auditado de 01/2023 até 10/07/2024 não havia Comissão de Acompanhamento da Contratualização. Contudo, essa comissão foi instituída pela SMS em 11/07/2024, por meio da Portaria 6.943/2024, composta por dois membros efetivos, a enfermeira M.A.N.P e o técnico administrativo M.A.C e dois suplentes S.H.A.P e D.F.S, da SMS e dois membros efetivos J.M.S e F.A.P e dois suplentes N.C. M e A.A.P.M.O do Hospital contratualizado, Santa Casa de Santo Antônio do Amparo. A composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização responsável pelo acompanhamento do Contrato nº 189/2024 de 05/06/2024, foi publicada no site, na página da prefeitura. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, Art. 32, Caput e § 2º.

Fonte da Evidência: Portaria 6.943/2024 de 11/07/2024; Contrato nº 189/2024 de 05/06/2024. Publicação na página da prefeitura no link abaixo em legislação/portarias: <https://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/saude-2/>

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697434

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização monitora a execução das ações e serviços de saúde pactuados.

Evidência: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não avalia o cumprimento das metas qualitativas, quantitativas e físico-financeiras, não avalia a capacidade instalada e não realiza readequação das metas pactuadas e dos recursos financeiros a serem repassados ao contratado. O Contrato nº 189/2024 de 05/06/2024, firmado com a Santa Casa de Santo Antônio do Amparo e a Comissão de Acompanhamento da Contratualização foram formalizados recentemente. No período da auditoria "In loco" Comissão de Acompanhamento da Contratualização ainda não estava atuando. A SMS não apresentou documentos que comprovem a existência da Comissão de Acompanhamento da Contratualização no período de janeiro/2023 a novembro de 2024. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32, § 1º, incisos I a III.

Fonte da Evidência: Portaria 6.943/2024 de 11/07/2024; Contrato nº 189/2024 de 05/06/2024. Termo de Informação do Gestor P.H.V.B de 28/11/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos. Foram objeto de avaliação nesta constatação os documentos mencionados no campo de análise da justificativa.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: A SMS apresentou Documentos Relatórios de Avaliação do Cumprimento de Indicadores e Metas das Atividades pela Comissão Relatório de monitoramento referente a execução das ações e serviços, referente ao Contrato 01/2024, Relatório de Avaliação Do Cumprimento de Indicadores e Metas Previstos no Termo de Contratualização Formalizado entre o Município de Santo Antonio do Amparo e a Santa Casa de Misericórdia de Santo Antonio Do Amparo - Contratualização Nº 01/2024 2º/3º Quadrimestre/2024.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 697435

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: A Comissão Municipal formalmente nomeada pelo Gestor é constituída por assistentes administrativos da área da saúde, digitadores, um técnico administrativo e uma chefe de saneamento não atendendo aos critérios legais que determinam que a Comissão Municipal responsável pelo TFD deverá ser composta pelo Secretário Municipal de Saúde, um médico, um assistente social e um funcionário responsável pelo TFD. Tal fato está em desacordo com o Manual de Procedimentos TFD Tratamento Fora do Domicílio Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais Superintendência Operacional de Saúde, Normas Específicas, item 2.2; Portaria de Consolidação nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 139, Parágrafo Único e Art. 140; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º.

Fonte da Evidência: Portaria Nº 6.975/2024 de 13/11/2024.

Termo de Informação do Gestor, P.H.V.B de 28/11/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos não apontando a qual constatação os documentos se referem.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação

Análise da Justificativa: A SMS elaborou a Portaria nº 7.263 que entrou em vigor em 31 de julho de 2025 nomeando o Secretário Municipal de Saúde, G. A.C. médica, F. C. S. P. assistente social e R. A. coordenadora de regulação como membros da Comissão Municipal responsável pelo TFD atendendo à determinação legal. Considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 701297

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: Os processos de pagamento do TFD foram concedidos exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Através de Análise da documentação apresentada pela SMS Processos de Pagamento de TFD do período de janeiro/2023 a novembro/2024, compostos pelas Guias de TFD, notas de empenho e fiscais e extratos dos usuários M.A.N.B., em 09/08/2024 e outros, dos Registros em Livros de marcação dos nomes dos usuários, da Lista de Usuários com nomes cadastrados no TFD e das guias de TFD, constatou-se que o TFD foi concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1/2022, Título II, Capítulo II, Art. 135, §2º, Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1/2022, Título II, Capítulo II, Art. 138, Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf.

Fonte da Evidência:

- Processos de pagamento de TFD do período de janeiro/2023 a novembro/2024;
- Registros em Livros de marcação dos nomes dos usuários;
- Lista dos pacientes que receberam ajudas de custo no período de janeiro/2024 a novembro/2024;
- Guias de TFD dos usuários cadastrados no TFD.
- Lista de usuários do SUS cadastrados no TFD;
- Processo de concessão e pagamento de TFD M.A.N.B., em 09/08/2024.

Conformidade: Conforme

Tópico: Fundo Municipal de saúde

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 697579

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) não se constitui em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Através da análise documental apresentada pela SMS de Santo Antônio do Amparo, verificou-se: Leis Orçamentárias Anuais do município para os exercícios 2023 a 2024, LOA nº 2.098/2022 de 28/11/2022 e LOA nº 2.156, de 14/12/2023, Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) referentes ao mesmo período, empenhos, Lei Municipal N.º 938/91 de 25 de março de 1991, que institui o Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Amparo e dá outras providências, bem como a situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.094.425/0001-94, averiguou-se que o Fundo Municipal de Saúde (FMS), não se constitui em Unidade Orçamentária e Gestora dos Recursos. Verificou-se ainda, que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na condição de Matriz, mas não possui natureza jurídica nº 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal). A inscrição de número 11.092.425/0001-94 (Matriz), possui natureza jurídica 1201 (Fundo Público de Administração Pública). Tal fato está desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência:

- Lei Municipal nº 938/91, de 25 de março de 1991 (institui o Fundo Municipal de Santo Antônio do Amparo);
- Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -CNPJ nº 11.094.425/0001-94, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil com data de abertura em 25/03/1991, através do endereço eletrônico SECFAZENDA@SANTOANTONIODOAMPARO.MG.GOV.BR: http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp.
- Leis Orçamentárias Anuais do município para os exercícios 2023 a 2024;
- LOA nº 2.098/2022 de 28/11/2022 e LOA nº 2.156, de 14/12/2023;
- LDO 2120/2023 de 24/05/2023;
- Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) 2023 e 2024;
- Empenhos 6472/2024, 6383/2024, 4645/2024, 6089/2024 e 4943/2024;
- Termo de informação do Gestor Municipal P.H.V.B., em 29/11/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou justificativa fundamentada anexando documentação pertinente. Foram objeto de avaliação nesta constatação os documentos mencionados no campo de análise da



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



justificativa.

- Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

- Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Através do Ofício nº 189/2025, o auditado apresentou a seguinte manifestação:

Com relação as observações ora elencadas na página 14 do relatório da Diretoria de Auditoria Assistencial, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais:

Constatação que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) não se constitui em Unidade

Orçamentaria e Gestora dos recursos;

Insta salientar que o art. 2º da lei 938/91 ora citado transcreve "Art. 2º O Fundo Municipal de Saúde ficara subordinado diretamente ao Secretário do Órgão Municipal de Saúde", com relação ao orçamento o Fundo esta na subunidade na gestão da Secretaria Municipal de Saúde, na lei orçamentaria existe uma subdivisão entre a Secretaria de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde conforme quadro de detalhamento, sendo o Gestor o Secretário Municipal de Saúde.

Com relação CNPJ 11.092.425/0001-94 há um equívoco na análise da auditoria, visto que o mesmo consta-se a natureza Jurídica "133-3 Fundo Público da Administração Direta Municipal, conforme copia anexa. Também foi citado no referido relatório um nº de CNPJ inexistente sob nº 11.094.425/0001-94, constatado após consulta no site da receita federal.

Com relação as Notas de Empenho nº 6472/2024 6383/2024 e 4645/2024, as mesmas estão vinculadas na Secretaria Municipal de Saúde e não inserida na subunidade do Fundo Municipal de Saúde, oportuno informar que no próximo orçamento as referidas Dotações

Orçamentarias serão vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2026.

Com relação as Notas de Empenho nº 6089/2024 e 4943/2024 as mesmas estão inseridas na Subunidade Fundo Municipal de Saúde. Pois no orçamento o Fundo Municipal de Saúde é uma subunidade vinculada a Secretaria Municipal de Saúde é a Unidade, nos termos do Art. 2º da Lei de criação do Fundo ora citado acima nº 938/91.

Com relação a conta corrente nº 20.787-X vinculado ao CNPJ nº 18.244.335/001-10 do Município e não é a do Fundo Municipal de Saúde referente ao 15% constitucional a ser aplicado pelo município foi encerrada.

Oportuno dizer que foi aberta uma nova conta bancaria sob nº 18.872-7 Agencia 2601-8; CNPJ nº 11.092.425/0001-94 do Fundo Municipal de Saúde e os recursos remanescente foram transferidos para esta, onde serão executados todas as despesas do fundo, conforme documento anexo.

Análise da Justificativa: A SMS de Machado, conforme esclarecimentos constantes no ofício e através das documentações apresentadas pela Secretaria Municipal da Fazenda, demonstrou que, conforme a Lei 938/91, em seu art. 2º que O Fundo Municipal de Saúde fica subordinado diretamente ao Secretário do Órgão Municipal de Saúde", com relação ao orçamento o Fundo, está na subunidade na gestão da Secretaria Municipal de Saúde, na lei orçamentaria existe uma subdivisão entre a Secretaria de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde conforme quadro de detalhamento, sendo o Gestor o Secretário Municipal de Saúde.

Apresentou ainda, Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral do CNPJ 11.092.425/0001-94 há sendo que o mesmo se consta a natureza Jurídica "133-3 Fundo Público da Administração Direta Municipal.

Anexos às justificativas, o auditado enviou documentos comprobatórios de que tomou as providências para sanar as não conformidades constatadas, ainda que, por questões administrativas, só será possível implementar as respectivas ações a partir do próximo exercício (2026).

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 697581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Evidência: Evidenciou-se na análise da relação de contas bancárias relacionadas à saúde e dos extratos das mesmas que a conta corrente nº 20.787-X, agência 2601-8 Banco do Brasil está vinculada ao CNPJ da Prefeitura de Santo Antônio do Amparo, nº 18.244.335/0001-10, e não ao Fundo Municipal de Saúde-FMS, de nº 11.094.425/0001-94, havendo movimentação financeira de recursos da saúde em conta diversa a do FMS. Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar Federal nº 141/2012, Artigo 2º, parágrafo único.

Fonte da Evidência: - Extratos Bancários da conta corrente 20787-X, agência 2601-8, Banco do Brasil, dos meses de 10/2023, 05/2024 e 10/2024;
- Empenhos 6472/2024, 6383/2024, 4645/2024, 6089/2024 e 4943/2024;
- Termo de Informação do Gestor Municipal P.H.V.B., em 29/11/2024;
- Cartão de Situação Cadastral da Secretaria da Receita Federal do Brasil-SRFB; do FMS e da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo;

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou justificativa fundamentada anexando documentação pertinente. Foram objeto de avaliação nesta constatação os documentos mencionados no campo de análise da justificativa.

- Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

- Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

Através do Ofício nº 189/2025, o auditado apresentou a seguinte manifestação:

Com relação as observações ora elencadas na página 14 do relatório da Diretoria de Auditoria Assistencial, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais:

Constatação que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) não se constitui em Unidade

Orçamentaria e Gestora dos recursos;

Insta salientar que o art. 2º da lei 938/91 ora citado transcreve "Art. 2º O Fundo Municipal de Saúde ficara subordinado diretamente ao Secretário do Órgão Municipal de Saúde", com relação ao orçamento o Fundo esta na subunidade na gestão da Secretaria Municipal de Saúde, na lei orçamentaria existe uma subdivisão entre a Secretaria de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde conforme quadro de detalhamento, sendo o Gestor o Secretário Municipal de Saúde.

Com relação CNPJ 11.092.425/0001-94 há um equívoco na análise da auditoria, visto que o mesmo consta-se a natureza Jurídica "133-3 Fundo Público da Administração Direta Municipal, conforme copia anexa. Também foi citado no referido relatório um nº de CNPJ inexistente sob nº 11.094.425/0001-94, constatado após consulta no site da receita federal.

Com relação as Notas de Empenho nº 6472/2024 6383/2024 e 4645/2024, as mesmas estão vinculadas na Secretaria Municipal de Saúde e não inserida na subunidade do Fundo Municipal de Saúde, oportuno informar que no próximo orçamento as referidas Dotações

Orçamentarias serão vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2026.

Com relação as Notas de Empenho nº 6089/2024 e 4943/2024 as mesmas estão inseridas na Subunidade Fundo Municipal de Saúde. Pois no orçamento o Fundo Municipal de Saúde é uma subunidade vinculada a Secretaria Municipal de Saúde é a Unidade, nos termos do Art. 2º da Lei de criação do Fundo ora citado acima nº 938/91.

Com relação a conta corrente nº 20.787-X vinculado ao CNPJ nº 18.244.335/001-10 do Município e não é a do Fundo Municipal de Saúde referente ao 15% constitucional a ser aplicado pelo município foi encerrada.

Oportuno dizer que foi aberta uma nova conta bancaria sob nº 18.872-7 Agencia 2601-8; CNPJ nº 11.092.425/0001-94 do Fundo Municipal de Saúde e os recursos remanescente foram transferidos para esta, onde serão executados todas as despesas do fundo, conforme documento anexo.

Análise da Justificativa: A SMS de Machado, conforme esclarecimento e através das documentações apresentadas pela Secretaria



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Municipal da Fazenda, demonstrou que as Notas de Empenho nº 6472/2024 6383/2024 e 4645/2024, estão vinculadas na Secretaria Municipal de Saúde e não inserida na subunidade do Fundo Municipal de Saúde, informou, ainda, que no próximo orçamento as referidas Dotações Orçamentarias serão vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2026.

Esclareceu que, as Notas de Empenho nº 6089/2024 e 4943/2024 estão inseridas na Subunidade Fundo Municipal de Saúde. Pois no orçamento o Fundo Municipal de Saúde é uma subunidade vinculada à Secretaria Municipal de Saúde é a Unidade, nos termos do Art. 2º da Lei de criação do Fundo ora citado acima nº 938/91. Com relação a conta corrente nº 20.787-X vinculado ao CNPJ nº 18.244.335/001-10 do Município e não é a do Fundo Municipal de Saúde referente ao 15% constitucional a ser aplicado pelo município foi encerrada e que foi aberta uma nova conta bancária sob nº 18.872-7 Agência 2601-8; CNPJ nº 11.092.425/0001-94 do Fundo Municipal de Saúde e os recursos remanescente foram transferidos para esta, onde serão executadas todas as despesas do fundo, conforme documento anexo. Portanto, anexos às justificativas, o auditado enviou documentos comprobatórios de que tomou as providências para sanar as não conformidades constatadas, ainda que, por questões administrativas, só será possível implementar as respectivas ações a partir do próximo exercício (2026).

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 697582

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesas

Evidência: Em análise da documentação apresentada, dentre elas os processos de pagamentos, portaria de designação e lei de criação do FMS, constatou-se que o gestor está designado como ordenador de despesas e ordena as despesas realizadas com os recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde. A efetiva nomeação de P.H.V.B. como responsável para o cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde se deu por meio da Portaria Municipal N. 6.899/2024 (29/05/2024). Tal fato está de acordo com o disposto na Lei Federal Decreto-Lei nº 200/1967, art. 80, § 1º; com a IN/DTN nº 10/91 e com a Lei Federal nº 8.080/90, art. 9º e art. 32, § 2º.

Fonte da Evidência: - Portaria Municipal Nº 6.899/2024 (29/05/2024).

- Lei Municipal nº Lei 938/91; (institui o Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Amparo e outras providencias);

- Notas de Empenhos 6777/2024, 6632/2024, 6630/2024, 6789/2024 e 6675/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 697583

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é o autorizador dos pagamentos do FMS.

Evidência: Em análise dos processos de pagamentos, constatou-se que o gestor de Saúde autoriza os pagamentos das despesas realizadas com os recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde. Tal fato está de acordo com o disposto na Lei Federal N.º 8.080/90, Art. 9º, inciso III; Art.32, parágrafo 2º; Decreto-Lei nº 200/1967, Art. 80, §1º; Lei Complementar N.º 141/12, Art. 14; IN/DTN N.º 10/91; Portaria Municipal Nº 6.899/2024 (29/05/2024); Lei Municipal nº Lei 938/91; (institui o



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Amparo e dá outras providências). Tal fato está de acordo com Decreto Estadual nº 37.924/1996, Art. 21 e a Lei Federal nº 8.080/90, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: - Notas de Empenhos 6777/2024, 6632/2024, 6630/2024, 6789/2024 e 6675/2024.
- Declaração de P.H.V.B. em 29/11/2024

Conformidade: Conforme

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 697584

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: Os contratos e convênios firmados com os prestadores hospitalares dispõem das cláusulas e condições exigidas em legislação.

Evidência: Em análise documental referente ao período auditado, constatou-se que os contratos e convênios formalizados entre o município e o prestador hospitalar estão devidamente formalizados conforme legislação. Os instrumentos possuem cláusulas que dispõem sobre o objeto, regime de execução, preço e condições de pagamento, prazos, fonte das despesas, direitos e responsabilidades das partes, legislação aplicável, dentre outras. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação N.º 01/2017 - Artigos 130 ao 142; e Portaria de Consolidação N.º 02/2017 - Anexo XXIV - Capítulo III - Art. 32 § 1º, artigos 34, 35 e 36; Lei 8666/93, Art.54, parágrafo 1º, Art. 55 e Art.89 § 1º e § 2º e Art. 92 da Lei 14.133/2021.

Fonte da Evidência: - Contrato 069/2019, de 07/06/2019 - Hospital São Sebastião;
- Termo Aditivos nº 01/2021; 002/2021; 001/2022 e 002/2022; TA 007/2024;
- Contrato nº 189/2024 até junho/2026;

Conformidade: Conforme

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 697585

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: Os Contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores hospitalares de Serviços ao SUS foram precedidos de Processos Licitatórios, conforme legislação aplicável.

Evidência: Em análise documental referente ao período auditado, constatou-se que os contratos e convênios formalizados entre o município e o prestador hospitalar demonstram a ocorrência dos procedimentos de licitação para a formalização dos mesmos, com os prestadores hospitalares de serviços do SUS do próprio município e estão devidamente formalizados conforme legislação. Os instrumentos possuem cláusulas que dispõem sobre o objeto, regime de execução, preço e condições de pagamento, prazos, fonte das despesas, direitos e responsabilidades das partes, legislação aplicável, dentre outras. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 132, caput; Lei Federal nº 8.666/93 art. 2º e Lei Federal nº 10.520/02, art. 1º e Portaria de Consolidação Nº 1/2017, art. 132, caput) e Art.190 e 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Fonte da Evidência: - Processo Licitatório 070/2024, I016/2024, Inexigibilidade -Santa Casa de Santo Antônio do Amparo;
- Contrato 069/2019 (07/06/2019);
- Termos Aditivos nº 01/2021, 002/2021, 001/2022 e 002/2022;
- Termo Aditivo 007/2024;
- Contrato nº 189/2024, vigente até junho/2026;
- Processo Licitatório nº 033/2019, por Inexigibilidade, Contratação do Hospital São Sebastião para Prestação de Serviços.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 697586

Subgrupo: Processo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Documentação/Registros

Constatação: Os Processos licitatórios dos convênios e/ou contratos formalizados com os prestadores hospitalares de serviços ao SUS estão devidamente instruídos, conforme legislação aplicável.

Evidência: Em análise documental dos contratos e convênio vigentes, com os prestadores de serviços e SMS de Santo Antônio do Amparo, verificou-se que os respectivos processos licitatórios que precederam a formalização de tais convênios e contratos foram formalizados com os prestadores de Serviços ao SUS quanto à adequada instrução processual, conforme exigida na norma aplicável - Lei 8.666/1993, art. 38 (páginas numeradas e rubricadas, constando documentação exigida pela legislação, desde a abertura do processo até a formalização e publicação. O Processo Licitatório 070/2024; 016/2024, inexigibilidade - Santa Casa de Santo Antônio do Amparo e o Processo Licitatório nº 033/2019, por inexigibilidade, para Contratação do Hospital São Sebastião para Prestação de Serviços, demonstram que os procedimentos de licitação para a formalização atendem à correta instrução processual referentes ao contrato e ao convênio com os prestadores de serviços do SUS, estando, portanto, devidamente instruídos.

Foram apresentados, ainda, a Portaria Municipal N. 5.689/2019 e Decreto Municipal Nº 2.005 de 11 de janeiro de 2024 em que designam a Comissão de Licitações, para os exercícios de 2019 até a presente data, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos licitatórios. Tal fato está de acordo com a Lei 8.666/1993, Art. 24, Art. 25, Art 26 e Art. 38, inciso III.

Fonte da Evidência: - Portaria Municipal N. 5.689/2019; Decreto Municipal Nº 2.005 de 11 de janeiro de 2024;
- Processo Licitatório 070/2024; 016/2024, inexigibilidade - Santa Casa de Santo Antônio do Amparo;
- Processo Licitatório nº 033/2019, inexigibilidade - Contratação do Hospital São Sebastião para Prestação de Serviços.

Conformidade: Conforme

Tópico: INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 700547

Subgrupo: Conselho de saúde

Item: Fiscalização de Recursos Financeiros

Constatação: A SMS não garante o acesso público às informações relativas à gestão dos recursos da saúde.

Evidência: Verificou-se que os documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da auditoria, como notas de empenho, contratos com prestadores de serviços, legislação municipal, PPA, LDO e LOA, não estão disponíveis para consulta, no portal da transparência municipal (<http://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/portal-da-transparencia/>) nem no site da SMS (<https://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/saude/>). Tal fato está em desacordo com Constituição Federal/1988, art. 5º, inciso XXXIII; art. 37, § 3º, inciso II; § 2º do art. 216; Lei nº 12.527 de 18/11/2011, Art. 1º, Parágrafo único; Art. 6º, Art. 8º; Lei Complementar nº 101 de 2000, Art. 48; Lei Complementar nº 141 de 2012, Art. 31.

Fonte da Evidência: Prints de páginas do site da Prefeitura (<http://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/portal-da-transparencia/>) e da SMS (<https://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/saude/>).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos. Foram objeto de avaliação nesta constatação os documentos mencionados no campo de análise da justificativa.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

A SMS não enviou nenhum documento. Enviou um print da página (<http://santoantoniodoamparo.mg.gov.br/portal-da-transparencia/>) constando o site do Portal da Transparência do Município, de acesso público às informações relativas à gestão dos recursos da saúde.

Análise da Justificativa: A SMS não enviou comprovação documental referente ao acesso público às informações relativas à gestão



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



dos recursos da saúde.

A SMS enviou um print da página (<http://santoantoniодоamparo.mg.gov.br/portal-da-transparencia/>) onde encontramos a Lei Orçamentária Anual 2023 e 2024; a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e 2024; o Plano Plurianual: a Lei Nº 2.025/2021 que Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025, de acesso público às informações relativas à gestão dos recursos da saúde. Considera-se que foi apresentada justificativa suficiente para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 697437

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: O Plano Municipal de Saúde (PMS) elaborado pela SMS, está registrado no DIGISUS e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS).

Evidência: Verificou-se que o PMS, para o período de 2022 a 2025, foi elaborado pela SMS de Santo Antônio do Amparo, registrado no DIGISUS e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme o registro na Resolução nº 012, de 14/12/2022. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, Parágrafo Único, Inciso I e Artigos 95 e 96, Caput e § 7º; Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, a.

Fonte da Evidência: Plano Municipal de Saúde - 2022 a 2025; Resolução nº 012, de 14/12/2022 do CMS.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 697438

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Programação Anual de Saúde

Constatação: A Programação Anual de Saúde (PAS) do ano de 2024, elaborada pela SMS, está registrada no DIGISUS e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Verificou-se que a PAS 2024, foi elaborada pela SMS de Santo Antônio do Amparo, registrada no DIGISUS e aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme o registro na Resolução nº 015, de 14/12/2022. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, Parágrafo Único, Inciso I, Artigos 95,97,98, Inciso I, Artigo 435, Artigo 436, Inciso I, b.

Fonte da Evidência: Programação Anual de Saúde, 2024; Resolução nº 015, de 14/12/2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 697439

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: O Relatório Anual de Gestão (RAG) do ano de 2023, foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde (CMS)

Evidência: Verificou-se que o RAG 2023, foi elaborado pela SMS de Santo Antônio do Amparo, registrado no DIGISUS e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme a Resolução nº 002, de 28/03/2024. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 99, Caput e § 3º, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso II, b; e com a Portaria de Consolidação nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, Artigo 15.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: Relatório Anual de Gestão 2023.
Resolução nº 002, de 28/03/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 697441

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) foram elaborados pela SMS no DIGISUS, encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde, mas não foram apresentados à Casa Legislativa Municipal.

Evidência: Verificou-se que o RDQA do 3º Quadrimestre de 2023 foi elaborado pela SMS registrado no DIGISUS aprovado pelo CMS conforme a Resolução nº 001, de 29/02/2024; o RDQA do 1º quadrimestre de 2024 foi elaborado pela SMS, registrado no DIGISUS e aprovado pelo CMS, conforme a Resolução nº 005, de 29/05/2024; o RDQA do 2º quadrimestre de 2024 foi elaborado pela SMS, registrado no DIGISUS e aprovado pelo CMS, conforme a Resolução nº 009, de 30/09/2024. Os RDQAs foram encaminhados ao CMS, mas não foram encaminhados nem apresentados na Casa Legislativa Municipal. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Artigos 94, 435 e 436, item II, a; com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 41.

Fonte da Evidência: RDQA do 3º Quadrimestre de 2023; RDQA do 1º quadrimestre de 2024; RDQA do 2º quadrimestre de 2024; Resolução nº 001, de 29/02/2024; Resolução nº 005, de 29/05/2024; Resolução nº 009, de 30/09/2024. Ata da Reunião do CMS de 29/02/2024; Ata da Reunião do CMS de 29/05/2024; Ata da Reunião do CMS de 30/09/2024. Termo de Informação colhido com o Gestor.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025 de 30/05/2025 a Secretaria Municipal de Saúde foi notificada. Em sua defesa, o Sr. P.C.R., Secretário Municipal de Saúde, apresentou documentos avulsos. Foram objeto de avaliação nesta constatação os documentos mencionados no campo de análise da justificativa.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P.C.R., foi notificada e não apresentou manifestação.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025 de 30/05/2025, a pessoa física, Sr. P. H. V. B, foi notificada e não apresentou manifestação.

A SMS enviou OFÍCIO Nº 052/2025, de 20/02/2025 ao Presidente da Câmara Municipal; OFÍCIO Nº: 082/2025, de 24/02/2025, a Câmara dos Vereadores e ATA da SMS de 28/02/2025, referente ao 3º RDQA.

Análise da Justificativa: A SMS não apresentou uma manifestação específica como peça de defesa. Contudo, demonstrou ter enviado OFÍCIO Nº 052/2025, de 20/02/2025 ao Presidente da Câmara Municipal - solicitando audiência pública da saúde dos meses de fevereiro e março de 2025 para a prestação de contas do 3º Relatório Detalhado do quadrimestre Anterior (RDQA), referente aos meses de setembro a dezembro de 2024. No OFÍCIO Nº 082/2025, de 24/02/2025, a SMS enviou a Câmara dos Vereadores, o 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (3º RDQA) como pauta da audiência pública no dia 28/02/2025 na Câmara legislativa. Enviou também Ata da Secretaria Municipal de Saúde, de 28/02/2025, da audiência pública para prestação de contas do 3º RDQA. Porém a SMS não enviou comprovação documental referente aos 1º e 2º RDQAs 2024, encaminhados e nem apresentados na Casa Legislativa Municipal. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome

CPF/CNPJ



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO

18.244.335/0001-10

Recomendação: Recomenda-se a SMS que os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) sejam apresentados à Casa Legislativa Municipal, de acordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Artigos 94, 435 e 436, item II, a; com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 41.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 30/05/2025

Ofício Nº: 238

Data: 30/05/2025

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025, de 30/05/2025, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria Nº 765 à Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Amparo (Pessoa Jurídica), para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 25/06/2025, conforme AR BN 34299569 0 BR. Por meio do Ofício Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 239/2025, de 30/05/2025, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria Nº 765 ao Sr. P. C. R., responsável pessoa física, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 25/06/2024, conforme AR 34299570 9 BR. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 240/2025, de 30/05/2025, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria Nº 765 ao Sr. P.H.V.B, pessoa física, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 24/06/2024, conforme AR 34299568 6 BR. Por meio do OFÍCIO Nº 261/2025, de 17 de junho de 2025, o Sr. P. C. R., responsabilizável pessoa física e representante legal da pessoa jurídica, solicitou de dilação do prazo para se manifestar. Por meio do Ofício SES/URSALF-ARAS-SUS/MG nº. 9/2025, de 17/06/2025, foi autorizada a prorrogação do prazo, que foi recebido pelo responsabilizável pessoa física e representante legal da pessoa jurídica em 18/05/2025, conforme e-mail institucional de confirmação de recebimento. A SMS não apresentou uma manifestação específica como peça de defesa. Contudo, encaminhou nos dias 01/08/2025 e 04/08/2025 os seguintes documentos referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria: Anexo CMA - ITEM 2, Anexo CMA - ITEM 4, Anexo CMA - ITEM 6, Anexo FMS - ITEM 32, Anexo FMS - ITEM 35, Anexo Ins. Gestão - ITEM 1, Anexo Ins. Gestão - ITEM 17, Anexo SCRA - ITEM 9, Anexo SCRA - ITEM 10-1, Anexo SCRA - ITEM 10-2, Anexo SCRA - ITEM 10-3, Anexo SCRA - ITEM 10-4, Anexo SCRA - ITEM 11, Anexo SCRA - ITEM 28, Anexo SCRA - ITEM 29, Anexo SCRA - ITEM 24, Anexo SCRA - ITEM 25. A SMS enviou em 12/08/2025, ofício de Notificação de Auditoria (Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 238/2025) que foi novamente juntado ao Processo pelo próprio auditado.

VIII - CONCLUSÃO

Cumpriu-se o objetivo de realizar auditoria programada no município de Santo Antônio do Amparo, que assumiu a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento das responsabilidades sanitárias quanto ao Componente Municipal de Auditoria (CMS), Serviço Municipal de Controle Avaliação e Regulação (SCRA), Fundo Municipal de Saúde (FMS), Contratos e Convênios e Instrumentos de Gestão do SUS.

Quanto ao C.M.A., não está devidamente formalizado, não possui equipe multiprofissional designada para desempenhar ações de auditoria do SUS, não possui os recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades de auditoria, e não realiza ações de Auditoria. Quanto ao SCRAS, a SMS executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território, controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios, garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI, participa da elaboração e revisão periódica da PPI. A Comissão de Acompanhamento da Contratualização monitora a execução das ações e serviços de saúde pactuados, existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde. Os processos de pagamento do TFD foram concedidos exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e



conveniada/contratada pelo SUS, conforme legislação, porém não implantou os protocolos de regulação de acesso, não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde. As equipes do SCRA não são capacitadas de forma permanente. O profissional que autoriza as AIHs não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS. O profissional de Nível Superior da Área da Saúde, auditor, acumula a função de autorizador de APAC, e de AIH.

Quanto FMS, constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos, constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos. Os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS. O Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesas e é Gestor Municipal de Saúde e também autorizador dos pagamentos do FMS. Os contratos e convênios firmados com os prestadores hospitalares dispõem das cláusulas e condições exigidas em legislação. Os Contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores hospitalares de Serviços ao SUS foram precedidos de Processos Licitatórios, conforme legislação aplicável. Os Processos licitatórios dos convênios e/ou contratos formalizados com os prestadores hospitalares de serviços ao SUS estão devidamente instruídos, conforme legislação aplicável.

Quanto aos Instrumentos de Gestão, a SMS garante o acesso público às informações relativas à gestão dos recursos da saúde. O Plano Municipal de Saúde (PMS) foi elaborado pela SMS e está registrado no DIGISUS e também foi aprovado pelo (CMS). A (PAS) do ano de 2024, foi elaborada pela SMS, está registrada no DIGISUS e aprovada pelo CMS. O (RAG) do ano de 2023, foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde (CMS). Os (RDQAs) foram elaborados pela SMS no DIGISUS, encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde, mas não foram apresentados à Casa Legislativa Municipal.

Encaminhamentos:

No encerramento do processo administrativo de auditoria, os seus resultados serão comunicados:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Santo Antônio do Amparo.
2. À Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis.

